

Reconciliação com o juízo

As coisas não podem ser assim tão simples como se depreende do registro linear dos últimos lances da crise no relacionamento entre o governo e o Congresso. Primeiro, o estouro da rebeldia destrambelhada da Câmara; depois a comichão acometeu lideranças da mais grave seriedade e acabou por envolver o presidente Collor de Mello, esvaziando sua notória postura atlética de auto-suficiência e empáfia. Agora, de repente, desliza para a humildade do reconhecimento de equívocos de parte à parte, a sensata inclinação presidencial para corrigir-se e ainda enquadrar o governo no novo modelo de educação, civilidade, portas de gabinetes abertas, em convite a meloso aconchego carinhoso.

Pois, afinal, o que é que aconteceu de fato? Na verdade, muito pouco, quase nada.

Bem, o presidente roncou grosso em Samambaia, como quem esmurra a cangalha para assustar o jegue, chutando brasa para todos os lados. Não deu tempo para que a intriga prosperasse: almoçou com os senadores tresmalhados da sua precária bancada, recuperou aliados e ainda semeou a possibilidade de ampliar acordo para a consolidação de bloco que pode reunir 42 dos 75 representantes. Se vingar a articulação, o governo poderá respirar tranqüilo neste final de legislatura, que o Senado garante breçar qualquer projeto inconveniente que passe pelas malhas esburacadas da Câmara.

Esburacadas, em termos. Porque o presidente mal deu os pontos para remendar os rombos no Senado e, de agulha e linha em riste, aplicou-se em costurar os furos na Câmara.

Entre um mutirão e outro, regou o canteiro da pacificação com discurso que morde e sopra, afirmando posições inabaláveis e pedindo ajuda para o trecho mais áspero da travessia.

Os ilustríssimos deputados-líderes que rilhavam os dentes, ameaçando morder o governo, abrandaram a fúria e foram de exemplar cortesia. Choramíngaram queixas, como quem pede desculpa pela má-criação de passadas peraltices. Líderes e liderados querem ser recebidos pelos ministros e secretários, pleiteam mais íntima aproximação com o presidente. Não seja por isso. O governo em tempo de penitência virou um poço de solicitude. Os ministros Ozires Silva e dona Margarida Procópio, dedodurados pelos penitentes como os mais arredios, terão as orelhas puxadas pela reprimenda presidencial.

Se tão comovente frenesi reconciliador produzir os resultados desejados, Collor está feito no Congresso. Não precisa temer novas estrepolias parlamentares em fim de mandato e aplainou o trânsito para o futuro. O novo Congresso é cópia deste, com tro-



ca de nomes e apelidos. As lideranças, que dão o tom, foram quase todas reeleitas.

Ultrapassados os últimos quebra-molas, o clima festeiro de fim de ano e de inauguração do novo deve prolongar a trégua, dando tempo para o governo respirar fundo para enfrentar a dureza que se entremostra nos anúncios do amanhã.

Em todo caso, faturou a sacudidela, caiu em si, mudou de conversa sem abrir mão do essencial. Está no lucro.

Contou com a boa vontade dos ajuizados que fizeram as pazes com o bom senso.

Ora, não é preciso mergulhar em fundas especulações para bater de frente com a evidência de que o confronto não interessa a ninguém, simplesmente porque ele não oferece saída satisfatória.

O governo vem errando além da conta. Vá lá. Ocorre que espichar a corda além da resistência do material pode desestabilizar o presidente Collor de Mello, equilibrado nas singularidades de ascensão vertiginosa e solitária. Desamparado politicamente, isolado por equipe de governo sem peso partidário, a legitimidade do seu mandato agüenta trancos enquanto escorada pela popularidade. Portanto, pelo sucesso, basicamente na batalha contra a inflação.

Sólido, sem dúvida, mas nem tanto. Depende.

A volumosa crônica do golpismo ministra a lição que não se alui estrutura de governo sem esquema alternativo devidamente articulado e com substancial cumplicidade militar.

Basta meditar sobre a receita para constatar que ela não se aplica às circunstâncias. De jeito nenhum. Pelo que se sabe, não há oposição organizada nem oposicionista que conheça de vista quem envergue farda.

Liderança civil disponível na praça também não se conhece. Ignoram-se as fanáticas legiões empenhadas em promover o vice-presidente Itamar Franco, cuja lealdade ao presidente não está em discussão.

A conversa vadia sobre o improvável encaminha a avaliação da crise para as alternativas sensatas.

Presidente eleito, com oito meses de governo, quatro anos e quatro meses pela frente, necessita de apoio político para enfrentar os múltiplos desafios de fase turbulenta. Precisa aprender a conviver com o Congresso.

Noves fora os birutas de todo gênero, o fracasso de Collor apresenta-se como fantasma que a todos assusta.

Governo precisa de oposição mas, também, de apoio. O que quer dizer que um esquema de boa convivência convém a ele, ao Congresso, à sociedade. Inclusive à oposição.

É por isso que está parecendo tão fácil acertar os ponteiros de Collor com os de senadores e deputados, pitando o baseado da paz no festival ruidoso de almoços de confraternização, curtidos no reencontro de parceiros que se descobriram passageiros da mesma embarcação.